

Começa dia 5 . . .

(Conclusão da 1.ª pag.)

Para que esteja realmente imunizada contra as moléstias transmissíveis, a criança deve receber — a partir dos dois meses e até os seis anos de idade — 3 doses e mais 2 de reforço de vacina Sabin (contra paralisia infantil); 3 doses e 1 de reforço da triplice (quando a criança já tiver tido coqueluche a triplice é substituída pela dupla); 1 dose de antivaricelica aos três meses e depois a cada 5 anos; e 1 dose da antissarampo aos sete meses.

Após os seis anos de idade e desde que tenha recebido as doses adequadas e nos intervalos recomendados, a criança estará efetivamente imunizada. Seu organismo já produziu os anticorpos que neutralizam a invasão da doença, e sempre estará apto a repetir o processo para protegê-lo.

Esta é a razão, por exemplo, por que quase nunca as pessoas contraem sarampo ou varicela mais do que uma vez.

BOMPER O CICLO DE TRANSMISSÃO

Segundo esclarece o secretário Getúlio Lima Jr., da Saúde, a imunização efetiva de 70% a 80% da população infantil daquela faixa etária possibilitará o rompimento da cadeia de transmissibilidade das referidas moléstias:

“Estendida a uma ampla faixa da população suscetível ao risco, que a experiência científica internacional considera em torno de 70 a 80% das crianças de zero a seis anos, a imunização faz baixar a incidência das moléstias contagiosas em toda a comunidade. Quando se reduz o número de indivíduos suscetíveis, reduz-se igualmente a oportunidade de a doença transferir-se de uma a outra pessoa. Essa “imunidade de massa” pode assim proteger mesmo aqueles que não tenham sido vacinados, devido à redução a níveis ínfimos do número de portadores “sãos” daqueles germes patológicos”, disse o secretário.

Desta forma, o controle eficaz da varicela, por exemplo, é obtido quando cerca de 80% da população foi vacinada contra a moléstia; o mesmo acontece com a difteria e outras doenças transmissíveis.

NÚMEROS PRELIMINARES

De acordo com a nova sistemática desenvolvida pela atual Administração, que considera o número de crianças efetivamente imunizadas, foram obtidos os seguintes resultados na Grande São Paulo, no primeiro semestre deste ano (dados preliminares, não estando incluídos os relativos ao Interior):

- 179.668 crianças imunizadas contra a paralisia infantil;
- 133.784 crianças imunizadas contra a Varicela;
- 116.465 crianças imunizadas pela vacina triplice (difteria, tétano e coqueluche);
- 75.409 crianças imunizadas contra a tuberculose (BCG);
- 75.382 crianças imunizadas contra o sarampo;
- 63.917 crianças imunizadas contra o tétano, isoladamente; e
- 36.296 crianças imunizadas pela dupla (difteria e tétano, pois já tiveram coqueluche).

CADASTRAMENTO

Para que pudesse contar com todas as informações sobre a população infantil a ser abrangida pelos programas de vacinação, a Secretaria da Saúde está promovendo, pela primeira vez em sua história, o cadastramento das crianças entre zero e seis anos de idade, nos 483 municípios com até 30 mil habitantes e em alguns outros com população maior. A meta é cadastrar todas as crianças do Estado, naquela faixa etária.

As 1.300 visitadoras sanitárias da Coordenadoria de Saúde da Comunidade foram de casa em casa, registrando todas as informações possíveis sobre 1 milhão e 500 mil crianças já classificadas. Esse cadastro é atualizado a cada semana, através de dados colhidos nos Cartórios com os nomes e endereços das crianças recém-nascidas.

Com esse cadastro, cada unidade sanitária passou a ter uma relação com os nomes e endereços de todas as crianças residentes na área de sua jurisdição. Durante uma campanha, constatada a ausência de alguma delas, a visitadora se encarrega de procurá-la pessoalmente, incentivando os pais a providenciar sua vacinação.

O cadastramento registrou os seguintes números nas diversas regiões administrativas do Estado: Litoral, 172.220 crianças; Vale do Paraíba, 36.821; Sorocaba, 211.024; Campinas, 416.784; Ribeirão Preto, 119.798; Bauru, 106.421; São José do Rio Preto, 75.564; Aracatuba, 84.101; Presidente Prudente, 157.147; e Marília, 90.490 — perfazendo o total de 1.503.002 crianças de zero a seis anos de idade, cadastradas até agosto deste ano.

Na área da Capital, esse levantamento ainda não se realizou. A explicação: apenas há pouco tempo foram concluídos os estudos para a regionalização da assistência médico-sanitária, que delimita a área de jurisdição de cada Centro de Saúde, de acordo com seu tipo, especificado em lei.

Na área da Grande São Paulo, os dados preliminares de 19 municípios com menos de 30 mil habitantes já registram 32.632 crianças.

ANTIGAS DISTORÇÕES

Através desse levantamento, a Secretaria da Saúde pôde constatar inúmeras distorções nas campanhas de vacinação até então realizadas. A aplicação da vacina triplice, por exemplo, variou de 15% em Redenção da Serra, até 43% em Lagoinha, quando o certo seria 100% em cada município.

Outras distorções encontradas: não houve nenhuma aplicação da vacina dupla em Monteiro Lobato, enquanto apenas 15,5% das crianças de Natividade da Serra a receberam. Também a vacinação contra paralisia infantil variou de 156,5% em Redenção da Serra a 25,69% em Roseira; e a antissarampo registrou índices de 142% em Redenção da Serra contra apenas 40% em Campos do Jordão.

Para dar uma idéia das deficiências dos programas de vacinação anteriores, o secretário Getúlio Lima Jr. lembrou que, no período de 1967 a 1971, foram ministradas no Estado cerca de 26 milhões de doses de vacina Sabin. Contudo, por volta de 1970 registrou-se em São Paulo um surto de paralisia infantil. “Diante do expressivo número global de doses aplicadas, parecia impossível ocorrer tal surto”, disse o titular da Saúde.

CADERNETA DE VACINAÇÕES

Para obter um eficiente controle de seus programas imunizatórios, a Secretaria da Saúde intensificou, a partir de 1971, o uso da Caderneta de Vacinações, instituída há vários anos, mas até então sem utilização plena.

Esta Caderneta registra as datas de aplicação das vacinas e das respectivas doses, em colunas separadas, e possui um espaço para a anotação de eventuais observações sobre a aplicação de soros (antirrábico, antiofídico etc.) e outros produtos biológicos capazes de provocar reações alérgicas à criança.

Todas as crianças cadastradas receberam estas cadernetas, bem como as que são vacinadas pela primeira vez. No primeiro semestre deste ano, 60.372 Cadernetas de Vacinações foram expedidas pelas unidades sanitárias da Grande São Paulo.

VACINAÇÃO “RELÂMPAGO”

O aperfeiçoamento dos instrumentos de controle também possibilitou a adoção — em caráter pioneiro no País — do sistema da Vacinação Múltipla “Relâmpago” recomendado pelas Organizações Mundial e Panamericana de Saúde, que vem sendo aplicado com grande êxito nos municípios do Estado com menos de 30 mil habitantes, e onde, num só dia, é vacinada toda a população infantil suscetível.

Implantado pelo então secretário e hoje ministro da Saúde, Mário Machado de Lemos, esse sistema — que conta com a participação da comunidade, principalmente dos estudantes — demanda pouca mão-de-obra (o que reduz sensivelmente o custo operacional) e possibilita um trabalho quase sempre ao nível dos respectivos distritos sanitários. Com isso, evita-se a deslocação de funcionários de outras áreas, que antes eram obrigados a interromper seus trabalhos normais de atendimento para participar das campanhas de vacinação.

Governo do Estado . . .

(Conclusão da 1.ª pag.)

seria suportável. E optou pela solução anunciada.

Quanto aos aumentos de preços citados no memorial da APEOP, o titular da Fazenda comparou-os com outros índices de aumento apresentados por uma revista especializada da Capital e mostrou as discrepâncias entre as duas tabelas. No caso particular do aço 24, que citou como exemplo, enquanto a revista apresenta nove tipos, cujos preços variaram de 48 a 59% num período determinado, os preços apresentados, para um tipo não identificado pela APEOP, no mesmo período, subiram 127%.

“Há uma infinidade de fatores que influem na variação dos preços”, disse o prof. Rocca. Por isso, “a discussão de preços envolve grandes dificuldades e torna-se então necessária a uniformidade de pesquisas, sem a qual não seria possível obter um resultado aceitável por todos”. E também por isso o Governo adota os índices médios apresentados pela Fundação Getúlio Vargas na revista “Conjuntura Econômica”.

VANTAGENS

No entender do secretário da Fazenda, a solução anunciada apresenta duas vantagens inegáveis: a substituição do índice 2 (que nem sempre reflete a real variação dos preços de construção, pois o custo de vida e dos preços por atacado influem em 90% na sua composição, enquanto o custo da construção, em apenas 10%) pelo índice 15 (este, sim, refletindo apenas a variação dos preços dos materiais de construção) e prevista pelo próprio decreto 45.599, evitando a criação de novos mecanismos de reajuste, o que demandaria muito tempo; e a adoção, doravante, dos critérios previstos no decreto 46.118, mais adequados à política de custo de obras públicas.

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de retroação das medidas anunciadas, o prof. Rocca afirmou que “o Governo não aceita a hipótese por várias razões, uma das quais a norma da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que não permite o reajuste antes da data em que a parte interessada faz seu pedido”. Por isso, explicou, a decisão do Governo será aplicada a partir de setembro, pois o memorial da APEOP foi recebido em fins de agosto.

Autorizado o início . . .

(Conclusão da 1.ª pag.)

SIGNIFICADO

O prof. Miguel Reale, reitor da Universidade de São Paulo, assinalou que a cessão da área para a construção do Centro Estadual de Cultura tem uma grande importância não apenas para a USP, mas também para toda a cultura paulista e brasileira.

“Trata-se de uma iniciativa do mais alto significado, porquanto à entrada da Cidade Universitária existirá um centro cultural comparável aos melhores do mundo”, disse o prof. Miguel Reale. “É uma obra que marcará a atual Administração do Estado, porque nada de semelhante ainda existe no Brasil. Penso mesmo que, até hoje, é uma iniciativa inédita em toda a América Latina”.

ARTE SACRA

Através de outro convênio assinado ontem no Palácio dos Bandeirantes, entre a Secretaria de Cultura e a Universidade de São Paulo, foi regularizada a situação de 57 imagens sacras pertencentes à USP a fim de que elas continuem sendo expostas no Museu da Luz.

PRESENCAS

Ao ato de assinatura dos convênios, também estiveram presentes o sr. Itajano Pupo Neto, presidente da comissão de construção do Centro Estadual de Cultura; eng. Luciano Bertini, diretor do FUNDUSP; o prof. José Roberto Franco da Fonseca, da Reitoria da USP; o prof. Nelson Speers, também da USP; e o arquiteto Jorge Wilhelm.

Curso de Administração Hospitalar e Saúde no HC

Com a presença de 230 participantes, foi iniciado no Auditorio da Clínica Psiquiátrica, do Hospital das Clínicas, o Curso de Administração Hospitalar e Saúde, em sessão coordenada pelo secretário Sérgio Baptista Zaccarelli, do Planejamento.

Na abertura dos trabalhos, o superintendente do Hospital das Clínicas, dr. Oscar César Leite, assinou que aquela era mais uma contribuição do HC no campo de uma de suas finalidades prioritárias, qual seja, o ensino.

Neste caso, a Administração do Hospital das Clínicas e o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, reuniram especialistas para tratar dos mais importantes problemas ligados à administração de um hospital e à saúde, de um modo geral.

O curso, que se estenderá até o dia 7 próximo, é ministrado através de conferências e debates, dos quais participam o engenheiro Umberto Mahlmann, abordando o tema “Gerência por Objeto”; o prof. Orestes Gonçalves, delegado Regional do Ministério do Planejamento do Estado de São Paulo, que trata do tema “Planejamento e Administração Pública”; e o prof. Reynaldo Cavalheiro Marcondes, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, que discorre sobre “O Processo de Administração nas Organizações Hospitalares”.

Outro curso tratando do mesmo tema será realizado no próximo ano, pois o Hospital das Clínicas não pôde atender a todos os interessados com esta primeira iniciativa. Ao mesmo tempo, segundo ainda o dr. Oscar César Leite, o HC firmará convênio com a Fundação Getúlio Vargas para a realização de curso semelhante, em nível de pós-graduação, com a duração de dois anos. O plano será concretizado no início de 1974.

Conselho de Orientação do FUNCET tem novos membros

Tomaram posse os novos membros do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCET, presidido pelo secretário de Economia e Planejamento, professor Sérgio Zaccarelli.

São eles os srs. Mauro Ormeu Cardoso Amorelli, coordenador-geral do CET; Oswaldo Campiglia, presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo — BADESP; Alberto Pereira de Castro, superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas — IPT; e Luís Carlos de Carvalho, representante da Secretaria da Fazenda. Os suplentes são os srs. Henrique Silveira de Almeida, vice-coordenador do CET, e Pedro Morano Carbonne, da Secretaria da Fazenda.

SUPLETIVOS: INSCRITOS DEVEM VERIFICAR LISTAS ATÉ DIA 5

Os candidatos aos próximos exames supletivos, de 1.º e 2.º graus, deverão comparecer até segunda-feira, dia 5, às respectivas escolas oficiais onde se inscreveram, a fim de verificar a exatidão dos dados contidos nas listas. Qualquer falha deverá ser comunicada imediatamente ao diretor do estabelecimento para as providências necessárias.

GOVERNO DESTINA 17 MILHÕES PARA ATENDER A MAIS 2.865 MENORES

Em apenas 53 dias, o Governo do Estado, através da Secretaria da Promoção Social, assinou contratos e convênios com entidades assistenciais e de desenvolvimento comunitário localizadas em 198 municípios, no valor total de Cr\$ 17.241.016,76.

Os contratos, firmados no período de 14 de agosto a 5 de outubro último, permitirão o atendimento de mais 2.865 menores, e excepcionais, em regime de internato e semi-internato.

Todas as regiões do Estado, de acordo com o plano assistencial fixado pelo governador Laudo Natel, que visa a ampliar e elevar as condições de atendimento aos menores desamparados, foram beneficiadas diretamente e os recursos, já liberados, foram assim distribuídos: região de Presidente Prudente — Cr\$ 1.612.236,76; São José dos Campos — Cr\$ 889.650,00; São José do Rio Preto — Cr\$ 1.756.987,80; Sorocaba — Cr\$ 2.875.686,72; Campi-

nas — Cr\$ 2.893.811,04; Ribeirão Preto — Cr\$ 3.813.185,24; Marília Bauru — Cr\$ 2.834.289,36; Aracatuba — Cr\$ 565.179,84.

ATOS LEGISLATIVOS

LEI COMPLEMENTAR N.º 81, DE 29 DE OUTUBRO DE 1973

Cria no Quadro da Secretaria da Segurança Pública as carreiras e os cargos que especifica e dá providências correlatas.

Retificação

- Artigo 1.º Onde se lê:
 - 1.º Município, sede das
 - 1.º Município, sede das

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DIÁRIO OFICIAL
 Diretor Superintendente
 Wandycck Freitas
REDAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS
 RUA DA MOOCA, 1921
TELEFONES:
 Superintendência . . . 92-2863
 Dir. Administrativa 292-3637
 Dir. Comercial 92-3024
 Redação 93-0484
REDE INTERNA - PABX:
 93-5186 — 93-5187
 93-5188 — 93-5189
 93-5180 — 92-3020
 92-3238 — 93-0490

AGENCIA CENTRAL (Publicidade)
 Rua Maria Antônia, 294
 Telefone: 256-7232

DIVISAO DE ARTES GRAFICAS
 R. DOS ESTUDANTES, 394
 Diretoria 278-6830
 Oficinas 278-0644

ASSINATURAS
 “Diário do Executivo”
 “Diário da Justiça”
 “Diário de Ineditais”
PARTICULARES
 Anual Cr\$ 123,00
 Semestral Cr\$ 63,00
REPARTIÇÕES ESTADUAIS E FUNCIONARIOS
 Anual Cr\$ 86,00
 Semestral Cr\$ 45,00
VENDA AVULSA
 Número do dia . . Cr\$ 0,70
 Número atrasado Cr\$ 0,90

As assinaturas poderão ser tomadas em qualquer data e os orçãos, de 1 ano ou 6 meses, serão contados do dia imediato ao que constar do recibo.
 A renovação deverá ser solicitada com antecedência de 30 dias da data de vencimento da assinatura.
 Vencido o prazo, será suspensa independente de aviso prévio.
 Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser acompanhados com comprovante de sua situação funcional.
NOTA — Informações referentes a assinaturas, telefonar para 93-5186 — Ramal 21

Contribuições para as Associações de Pais e Mestres

O Coordenador do Ensino Básico e Normal expediu comunicado ao diretor do Departamento Regional de Educação e aos diretores regionais de Educação em que determina que, iniciando-se dia 5 de novembro as matrículas e as inscrições nas escolas da rede oficial do ensino de 1.º e 2.º graus, seja rigorosamente observada pelas autoridades escolares a Ordem de Serviço n.º 1, de 2/12/72. Estabelece essa ordem da Secretaria da Educação, entre outras coisas: — 1 — “Não são obrigatórias as contribuições para as Associações de Pais e Mestres. Seu pagamento não poderá ser exigido por ocasião da matrícula dos alunos e, muito menos, apresentado como condição para sua efetivação. Os diretores de estabelecimentos de ensino, todavia, devem alertar os pais sobre a não obrigatoriedade, mas convencê-los do dever que lhes cabe de dar essa contribuição, sempre que lhes permita o orçamento familiar.”